C. Prévia n.º 06/2021

CADERNO DE ENCARGOS
Consulta Prévia

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente procedimento tem por objeto a contratação de serviços de higiene e limpeza, em 17 postos de turismo (PT), com classificação CPV - 90910000-9, designada de serviços de limpeza, de acordo com as condições definidas neste Caderno de Encargos, em conformidade com os artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação em vigor).

Cláusula 2.ª
Entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar

1. A entidade adjudicante é a Região de Turismo do Algarve (RTA), pessoa coletiva n.º 508 789 230, com sede na Av. 5 de Outubro, n.º 18/20, 8000 – 076 Faro, tel.: 289 800 400, fax.: 289800489, com o e-mail turismodoalgarve@turismodoalgarve.pt, sítio institucional www.turismodoalgarve.pt , que utiliza plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho da Vice-Presidente da Comissão Executiva, de 19/04/2021, com competência delegada para o efeito (DESP_08_PRES de 07/05/2019).
3. As peças do procedimento serão disponibilizadas pela Entidade Adjudicante, de forma gratuita na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, a qual será utilizada para todas as comunicações no âmbito do procedimento, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 3.ª
Preço Base

1. O preço base do procedimento é de **11.984,05€ (onze mil, novecentos e oitenta e quatro euros e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, calculado de acordo com o **valor base hora de 8,95€,** para uma previsão de 1339 horas, repartido por lotes, da seguinte forma:

a) **Lote 1 – Zona 1**, que compreende os Postos de Turismo (PT) de Aljezur, Sagres, Monchique, Praia da Rocha e Alvor, no valor base de **3374,15€ (três mil trezentos e setenta e quatro euros e quinze cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um total máximo de 377 horas;

b) **Lote 2 – Zona 2**, que compreende os PT de Carvoeiro, Silves, Armação de Pêra e Albufeira, no valor base de **2810,30€ (dois mil oitocentos e dez euros e trinta cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um total máximo de 314 horas;

c) **Lote 3 – Zona 3**, que compreende os PT de Quarteira, Loulé, Faro e São Brás de Alportel, no valor base de **2756,60€ (dois mil setecentos e cinquenta e seis euros e sessenta cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um total máximo de 308 horas;

d) **Lote 4 – Zona 4**, que compreende os PT de Olhão, Tavira, Guadiana e Alcoutim, no valor base de **3043€ (três mil e quarenta e três euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um total máximo de 340 horas.

2. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 4.ª

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pela Entidade Adjudicante, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.
3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 1, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

5. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.

Cláusula 5.ª

Concorrentes e impedimentos

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nalguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 6.ª

Noção de proposta e prazo de entrega

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser entregue até às 23h59 do **sexto** dia a contar da data de colocação do ofício na plataforma eletrónica, enviando esta notificação ao concorrente desse facto.

Cláusula 7.ª

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
   a) Certidão Permanente ou respetivo código de acesso (Formato PDF);
   b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente Caderno de Encargos, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
   c) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
      i. Preço total e valor hora a pagar, por lotes, o qual não poderá exceder o preço base fixado na cláusula 3.ª, acrescido do IVA à taxa legal aplicável e deverá incluir todas as despesas decorrentes da prestação de serviços em apreço.
   d) Outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis à sua disposição em contratar.
2. Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Cláusula 8.ª

Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente (conforme Anexo III), mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada** conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, designadamente:
   a) Anexo I;
   b) Proposta comercial;
   c) Todos os documentos elaborados pelos concorrentes.
3. Os restantes documentos, designadamente, certidão permanente ou outras certidões emitidas por entidades terceiras, não carecem da assinatura mencionada no número 2, e serão posteriormente validadas pela Entidade Adjudicante.
4. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Cláusula 9.ª

Análise das propostas e adjudicação

As propostas são analisadas, procedendo-se, ou não, à adjudicação, de acordo com as regras estabelecidas nos artigos 70.º e seguintes do CCP.

Cláusula 10.ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita, separadamente por lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, em conformidade com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 74.º do CCP, sendo avaliado o mais baixo preço ou custo por hora.
2. Em caso de empate, o desempate é feito por sorteio realizado pelo júri do procedimento na presença de um representante de cada um dos concorrentes, sendo ordenada primeiramente a proposta sorteada.
3. Da sessão realizada para efeitos do número anterior é lavrada ata, que deve ser assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.
4. Para os efeitos previstos no n.º 3, o júri do Procedimento comunica aos interessados, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio nem de exclusão das respetivas propostas.

Cláusula 11.ª

Documentos de habilitação

1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, a seguir indicados:
   a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II, ao presente Caderno de Encargos;
   b) Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou respetiva autorização de consulta;
   c) Documentos comprovativos de que tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou respetiva autorização de consulta;
   d) Registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos de administração, direção ou gerência em efetividade de funções.

2. Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente (conforme Anexo III) mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada** conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, designadamente:
   a) Anexo II;
   b) Todos os documentos elaborados pelos concorrentes;
   c) Os restantes documentos, designadamente certidões emitidas por entidades terceiras, não carecem da assinatura e serão posteriormente validadas pela Entidade Adjudicante.

3. A não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado ou no caso de não estarem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, por causa imputável ao Adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, devendo observar-se o disposto no artigo 86.º do CCP.

Cláusula 12.ª

Obrigações Principais do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Prestar os serviços nos termos, condições e prazos acordados;
b) Obrigação de assegurar a realização de todos os trabalhos inerentes à boa prestação do serviço em causa, e suportar os respetivos custos;
c) Entregar as fichas de produtos de limpeza utilizados e proceder regularmente à verificação/atualização dos requisitos legais;
d) Respeitar as normas internas de funcionamento definidas pela RTA;

e) Desempenhar as suas funções em subordinação aos objetivos do serviço e na perspetiva da prossecução do interesse público;
f) Realizar o reporte semanal dos trabalhos realizados e emitir relatórios com periodicidade mensal, nos termos da cláusula quarta infra;
g) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal;
h) Cumprir as regras definidas pela **RTA** em matéria de prevenção de Covid-19 que constam no "Plano de contingência" em anexo (Anexo V), bem como orientações de segurança que a cada momento forem sendo emanadas pela DGS e restantes autoridades competentes, nomeadamente, no que respeita à limpeza de espaços públicos de atendimento;
i) Obrigação de dispor de apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, que apresentará à entidade adjudicante, antes do início da prestação de serviços em cada local e, posteriormente, sempre que a **RTA** assim o exija;
j) Manter a situação regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social;
k) Obrigação de sigilo, nos termos da cláusula seguinte;
l) Assumir todos os encargos resultantes de danos causados à Entidade Adjudicante, ou a terceiros quer pelo pessoal adstrito ao Adjudicatário, quer pelos instrumentos utilizados.

Cláusula 13.ª

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra referente à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Direitos de autor

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças e de quaisquer outros elementos necessários à execução da presente prestação de serviços.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos referidos no número anterior, o Adjudicatário indemniza-a de todos os danos e das despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 15.ª

Propriedade Industrial

1. Todo o material produzido pelo Adjudicatário no âmbito do presente Caderno de Encargos e entregue à Entidade Adjudicante, é propriedade originária desta, ficando, em consequência, como única titular de todos os direitos de autor e conexos e de propriedade industrial inerentes aos mesmos, e, neste sentido, fica-lhe reservada a faculdade de proceder à sua utilização e/ou reprodução, total ou parcial, por si ou por intermédio de terceiros, tal como lhe foi entregue ou com modificações que entenda convenientes fazer, neste caso desde que não altere o sentido do trabalho desenvolvido, nem as conclusões apresentadas, pela forma que melhor entender, em qualquer local, independentemente do suporte adotado, não podendo a empresa adjudicatária fazer uso do mesmo fora do objeto do projeto, sem o consentimento expresso, por escrito, da Entidade Adjudicante.
2. Sem prejuízo do número anterior, o Adjudicatário conservará os conhecimentos, a experiência, as técnicas e metodologias adquiridas durante a presente prestação de serviços, podendo fazer uso das mesmas no desenvolvimento da sua atividade, ficando-lhe, no entanto, vedado utilizar ou ceder a terceiros quaisquer elementos desenvolvidos no âmbito deste projeto sem prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário responde pelos danos que a Entidade Adjudicante cause a terceiros, por violação dos direitos a que aludem os números anteriores.

Cláusula 16.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos a RTA pagará ao Adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não poderá exceder o preço base.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à RTA, incluindo as despesas de

transporte, de manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela RTA, nos termos da cláusula anterior, serão pagas em prestações mensais, em função das horas de trabalho efetivamente realizadas, após a validação pela RTA dos relatórios/folhas de assiduidades mensais, no prazo máximo de 60 dias após receção das respetivas faturas, as quais têm de cumprir e estar conformes com os requisitos exigidos pela Autoridade Tributária, sendo que, o primeiro pagamento está ainda condicionado à apresentação dos documentos indicados na cláusula 37.º, n.º 3 alíneas a) e b).
2. Em caso de discordância por parte da RTA quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no número 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante terá do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
    a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos para o fornecimento objeto do contrato, será aplicada uma penalidade de 20% do preço contratual, a descontar no valor total do serviço;
2. As penalidades pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento por parte do prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador do serviço de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, com indicação dos fundamentos e prazo previsível para restabelecer a situação, devendo esta ser reconhecida expressamente pela outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a RTA pode resolver o contrato, a título sancionatório, total ou parcialmente (por lote) no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
   a) Não prestação do serviço de limpeza em qualquer um dos PT que compõem o respetivo lote, por período superior a 7 (sete) dias seguidos, justificado pela necessidade de

garantir o cumprimento das medidas de prevenção da Covid-19, que exige a permanente e adequada limpeza e higienização dos espaços;

b) Não cumprimento das obrigações decorrentes do serviço.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 21.ª

Resolução Sancionatória

Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Adjudicatário especialmente previstas no contrato, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório nos termos do artigo 333.º do CCP.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando:
   a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 66 dias ou o montante em dívida exceda 60% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediamente recurso a arbitragem.
3. Nos casos previstos na alínea a) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade adjudicante, que produz efeitos após 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª

Gestor do Contrato

A RTA designará um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A do CCP, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato, e cuja identificação

constará do clausulado do contrato a celebrar, conforme disposto na alínea i) do artigo 96.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Proteção do Adjudicatário pela Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante deve exercer as respetivas competências de autoridade a fim de reprimir ou prevenir a violação por terceiros de vínculos jurídico-administrativos de que resulte a impossibilidade ou grave dificuldade da boa execução do contrato pelo Adjudicatário e da obtenção por este das receitas a que tenha direito.

Cláusula 26.ª

Redução do contrato a escrito

De acordo com o artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

Cláusula 27.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a. O presente caderno de encargos;
   b. A proposta adjudicada;
   c. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 28.ª

Vigência do Contrato

1. O contrato tem início na data da sua celebração, prevendo-se o início dos trabalhos para 01 de maio de 2021 e vigorará até ao dia 31 de dezembro de 2021.
2. Qualquer das partes poderá livremente revogar o presente contrato, por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis.
3. A revogação do contrato antes do termo contratual não confere à contraparte o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 29.ª

Identificação do órgão de recurso administrativo e prazo

1. O órgão de recurso administrativo do presente procedimento é o Presidente da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve.
2. O prazo para interposição de recurso é de 10 dias.

Cláusula 30.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 31.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 32.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As comunicações na fase de execução do contrato serão efetuadas nos termos do número 2 do artigo 468.º do CCP.

Cláusula 33.ª

Contagem dos prazos

1. Salvo quando dito expressamente que se trata de dias úteis, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 34.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Capítulo II
Cláusulas Técnicas

Cláusula 35.ª

Especificações dos Serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços de higiene e limpeza, de acordo com o seguinte:
    a) **Horário:** os serviços deverão ser prestados entre as 07h30 e as 09h00 ou entre as 17h30 e as 20h00, podendo ser alterado, por acordo entre as partes;
    b) **Datas e horas a afetar:** os dias e horas previstas a afetar à prestação de serviços encontram-se definidos na Tabela em anexo (Anexo IV), os quais poderão ser objeto de redução ou alteração, por decisão da RTA, atendendo nomeadamente à necessidade de cumprimento das normas emanadas pela DGS o que poderá implicar o encerramento de alguns espaços;
    c) **Áreas e serviços obrigatórios:** A limpeza dos espaços deverá incidir sobre as áreas públicas, lavabos e arrecadação, contemplando obrigatoriamente os seguintes serviços:
        i. Limpeza e despejo dos cestos de papéis e forro dos mesmos com sacos de plástico;
        ii. Limpeza do pavimento e rodapés;
        iii. Limpeza do pó dos móveis, secretárias, cadeiras, utensílios e demais equipamentos. Sempre que haja nódoas nas cadeiras, tapetes ou pavimentos, removê-las na limpeza diária;
        iv. Limpeza dos telefones e desinfeção exterior dos mesmos;

v. Limpeza de tapetes e respetivas caixas;
vi. Lavagem das instalações sanitárias:
- Lavagem e desinfeção dos aparelhos sanitários, assentos e outros acessórios;
- Despejo e desinfeção dos cestos de papéis;
- Polimento de espelhos e acessórios em metal;
- Lavagem e desinfeção dos pavimentos.
vii. Limpeza das portas e janelas, respetivos caixilhos e parapeitos;
viii. Lavagem dos vidros interiores e exteriores;
ix. Limpeza do pó da parte superior dos armários;
x. Aspiração dos estofos das cadeiras;
xi. Remoção de manchas nas paredes que possam ser facilmente retiradas;
xii. Limpeza a fundo e desinfeção dos lavabos, incluindo lavagem de paredes e azulejos.

Cláusula 36.ª

Requisitos da prestação de serviços

1. Requisitos no âmbito do pessoal:
   a) O pessoal necessário à boa execução da prestação de serviço será da inteira e exclusiva responsabilidade do adjudicatário, não assumindo a RTA qualquer vínculo contratual relativamente ao referido pessoal;
   b) O adjudicatário deverá afetar, no âmbito deste contrato, o n.º de trabalhadores necessário para assegurar a boa prestação de serviços, em função das horas acordadas e da dimensão dos espaços;
   c) No exercício das suas funções, o pessoal afeto à prestação de serviço terá que se apresentar devidamente fardado, devendo exibir em local bem visível a identificação da firma.
   d) O pessoal a afetar deverá possuir reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional, reservando-se a RTA o direito de participar ao adjudicatário a desfavor de qualquer elemento do pessoal que não reúna os requisitos necessários, podendo, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
   e) O adjudicatário deve disponibilizar, aquando do envio do relatório mensal, as folhas de presença mensais dos trabalhadores ao seu serviço.
2. Requisitos no âmbito dos meios a utilizar:
   a) Para além dos meios humanos supra definidos, o adjudicatário providenciará, a seu encargo, para que o pessoal ao seu serviço no âmbito do contrato disponha dos meios adequados e necessários para o desempenho da sua atividade, nomeadamente equipamentos, materiais, produtos de limpeza, sacos de lixo,

vestuário e equipamento de proteção para garantia das regras de higiene e segurança no trabalho em vigor.

b) Todos os produtos e equipamentos a utilizar devem ser adequados a cada uma das situações;

c) Todos os produtos de limpeza lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliários, metais, equipamentos eletrónicos, etc.);

d) O adjudicatário providenciará ainda, a seu cargo, pelo transporte do pessoal a seu serviço, em todas as deslocações que este tiver que efetuar no âmbito do contrato.

3. Requisitos no âmbito da supervisão e acompanhamento:

a) Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º – A do CCP, a RTA designará um gestor do contrato, ao qual compete acompanhar permanentemente a execução do presente contrato.

b) A RTA reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;

4. Responsabilidades imputáveis ao adjudicatário:

a) É da responsabilidade do adjudicatário manter a disciplina e boa apresentação do seu pessoal, controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário;

b) Respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;

c) O segundo outorgante é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiados, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as regras que lhe sejam dadas pela RTA, bem como, e em especial, as regras de segurança aplicáveis, designadamente no que respeita às chaves das instalações, devendo, findo o contrato, devolver os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização;

d) É da inteira responsabilidade do adjudicatário o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade;

e) O adjudicatário deverá dar conhecimento à RTA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou anomalias que se verifiquem durante a execução do serviço;
f) O adjudicatário será responsável por atos praticados por negligência ou culpa do pessoal ao seu serviço;
g) Verificando-se a situação prevista na alínea anterior, o adjudicatário fica obrigado à reposição da situação inicial, à reparação ou à indemnização pelos danos provocados, consoante o caso.

Cláusula 37.ª

Calendarização e acompanhamento

1. Na reunião inicial a realizar entre as partes, será ajustado, se necessário, o plano de trabalhos para o mês de maio, bem como disponibilizada pela RTA toda a informação e documentação necessária para o desenvolvimento do trabalho.
2. Eventuais alterações ao plano de trabalhos (anexo IV), serão comunicadas pela RTA ao adjudicatário, com a antecedência de 5 (cinco) dias úteis.
3. O adjudicatário deverá assegurar o seguinte:
   a) Envio das fichas de produtos de limpeza utilizados para a RTA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após celebração do contrato e sempre que exista atualização do seu conteúdo, bem como proceder à colocação de uma pasta com as mesmas em cada local;
   b) Envio de cópia das apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, para a RTA, antes do início da prestação de serviços em cada local e, posteriormente, sempre que a RTA assim o exija;
   c) Reporte semanal dos trabalhos realizados, a remeter para a RTA, até ao primeiro dia útil da semana seguinte;
   d) Relatório mensal, com indicação dos trabalhos realizados, das ocorrências verificadas e das folhas de presenças mensais, a enviar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após término do mês, dispondo a RTA de 5 (cinco) dias úteis para verificação e validação do mesmo.
4. Serão realizadas reuniões de acompanhamento, sempre que necessário e solicitado por qualquer das partes.